



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



**Reforma Urbana e o Direito à Cidade na Quarta Transformação Estrutural
Diálogos sobre a sociedade urbana no futuro e o futuro da sociedade
urbana. Que agenda?**

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Coordenador Nacional do INCT Observatório das Metrôpoles. Pesquisador IA do CNPq. Professor Colaborador do IPPUR/UFRJ

Marcio Pochmann

Professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi presidente da Fundação Perseu Abramo de 2012 a 2020, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, entre 2007 e 2012, e secretário municipal de São Paulo de 2001 a 2004

Luciano Fedozzi

Professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordena o Grupo de Pesquisa Democracia Participativa, Esfera Pública e Cidades (CNPq). Pesquisador e membro do Comitê Gestor do INCT/CNPq Observatório das Metrôpoles

RESUMO GERAL

A Sessão Livre tem como objetivo central suscitar a reflexão e o debate sobre o futuro da sociedade urbana brasileira diante da crise disruptiva que atravessamos e das mudanças estruturais em curso acelerado na civilização capitalista. Trata-se de um tema relevante do ponto de vista acadêmico e político,

tendo em vista que observamos em uma espécie de cancelamentos da discussão sobre os caminhos que possam orientar o debate na sociedade sobre o futuro do nosso país. Quando o futuro é discutido, as questões são apresentadas como se conformam apenas um cenário negativo se comparadas às do presente. Há 40 anos o debate sobre o futuro era muito comum no Brasil. As universidades se posicionavam, havia visões ideológicas de direita ou esquerda, publicavam-se relatórios, livros, missões governamentais, e organizações não governamentais eram consultadas. Enfim, o debate sobre o futuro era muito presente.

A Sessão Livre tem como fundamento a mobilização das reflexões e os produtos de pesquisa (livros e artigos de dois grupos de pesquisa, do INCT Observatório das Metrôpoles¹, sob a coordenação de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e o grupo coordenado por Marcio Pochmann). Foram produzidos os livros “Metrópole e pandemia: presente e futuro” (Letra Capital, 2022) e “Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos” (Letra Capital, 2022), ambos de Luiz César de Queiroz Ribeiro e os livros “Novos Horizontes do Brasil na 4ª transformação estrutural” (Editora da Unicamp, 2022), e “O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira” (Sesc, 2022), ambos de Marcio Pochmann.

1. NOVOS HORIZONTES DO BRASIL NA 4ª TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

MARCIO POCHMANN

O Brasil vive uma mudança de época subordinada e passiva à globalização, cuja característica principal é a desmodernização, com um dinamismo econômico fraco, economia financeirizada, reprimarização da exportação e uma elite que desistiu de um projeto de industrialização nacional.

A comunicação mostra que o Brasil enfrentou três mudanças de épocas históricas:

A primeira delas foi a fundação da nação – a independência –, que não foi, obviamente, apenas o 7 de setembro e o Grito do Ipiranga, mas avançou na abolição do mercantilismo e incorporação do liberalismo na Constituição de 1824. Foi, na verdade, um processo de alteração substancial que resultou no surgimento de um país com capacidade de se posicionar perante o mundo.

A segunda foi a entrada do Brasil no capitalismo, na luta de classe e ampliação do trabalho assalariado em larga escala, o que se deu com a abolição da escravatura, o nascimento da República, a Constituição de 1891, ou seja, os acontecimentos da década de 1880, quando deixamos de ser um país assentado no trabalho forçado e em uma economia mercantil. Na verdade, esse processo veio desde 1850, com a Lei das Terras – que redefiniu os contornos atuais da propriedade privada – e a introdução do Código Comercial, que estabeleceu que o Estado prezaria os contratos entre diferentes atores. O fim do tráfico negreiro foi asfixiando o que era o mercantilismo, que vinha do período colonial.

¹ pesquisa financiada com recursos da chamada INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPERJ nº 16/2014

A terceira mudança estrutural é a passagem da sociedade agrária para uma sociedade urbana industrial. A referência é a Revolução de 1930 – que marca, na realidade, um outro movimento, o abandono de um país primitivo, agrarista, analfabeto, a mudança de um modo de vida vinculado às fazendas para um modo de vida urbano, industrial. O que o Brasil era na década de 1920 e o que seria 40 ou 50 anos depois é completamente diferente.

Esse olhar para o passado nos ajuda a entender esse primeiro quarto de século 21, que indica uma mudança estrutural do país. Estamos vivendo uma forte desindustrialização, com reprimarização da pauta exportadora do Brasil. A indústria brasileira ocupa apenas a 16ª posição mundial, a ponto, por exemplo, de gerar apenas 72% da receita auferida pelo grupo Toyota. O resultado é que não temos mais uma sociedade urbana e industrial. Somos urbanos, mas não mais uma sociedade industrial. E estamos diante de três movimentos de grande envergadura que já estão moldando o Brasil do presente e do futuro: mudança do eixo do desenvolvimento mundial dos EUA e da Europa para a China; mudanças climáticas, que envolvem o surgimento do Antropoceno. A Europa e os EUA sempre consideraram os recursos naturais como ilimitados; e o terceiro movimento a revolução informacional e não necessariamente industrial.

A característica principal da era digital é a divisão internacional do trabalho em países produtores e exportadores de bens e serviços digitais e países importadores e consumidores de tais bens e serviços. O Brasil está no segundo grupo. Não consegue produzir empregos de qualidade na era digital. Existe uma precariedade de empregos e de ocupações simples, que podem ser realizadas em qualquer lugar e hora, com grande jornada de trabalho, desprovidos de garantias sociais e trabalhistas amplas, geralmente vinculados a plataformas digitais.

O economista Celso Furtado dizia que o Brasil é o país das oportunidades perdidas. O meu esforço nesta comunicação é o de mostrar que o Brasil tem oportunidades que nenhum outro país tem, que pode ser muito melhor do que é hoje. Somos um país que não tem problema econômico, temos R\$ 7 trilhões depositados no sistema financeiro, dinheiro acomodado pelos juros. Isso poderia estar sendo aplicado no setor produtivo. O Brasil é um país em construção, falta de tudo, falta infraestrutura, não tem casa para todo mundo. Esse dinheiro poderia ser adequado para esse tipo de construção do país.

Temos tecnologia para construir o país, temos mão de obra qualificada, os elementos econômicos necessários. O problema é político. A gente não consegue juntar esses elementos fundantes numa convergência que permita fazer um amanhã melhor que o presente.

2. REFORMAR A CIDADE, RECONSTRUIR A NAÇÃO: O QUE FAZER?

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO

Não há dúvidas de que estamos experimentando um momento sem precedentes na sociedade brasileira, com a questão urbana ocupando o centro dos grandes dilemas nacionais. A acumulação combinada de várias crises exige um novo olhar para entender as interações em jogo e pensar de maneira renovada os caminhos possíveis ao enfrentamento da crise societária brasileira

que tem nas cidades os seus mais relevantes epicentros. Trata-se de uma crise urbana em formação com natureza nova em relação àquelas identificadas por estudiosos dos anos 1970. À época, a crise urbana foi problematizada a partir das contradições entre a cidade (integrando as condições gerais da reprodução ampliada do capital industrial) e a sua função na reprodução ampliada da força de trabalho. Agora, observamos sinais claros do surgimento de uma crise urbana distinta, mais ampla e de natureza estrutural. E isso se deve ao colapso da função da cidade ligada às necessidades da reprodução das vidas biológica, social e individual, como consequência do simultâneo processo de urbanização da sociedade e do capital – sob uma dominância rentista.

Esta crise urbana deve ser entendida em suas conexões com as múltiplas crises mencionadas anteriormente. Mas, é necessário compreendê-las como expressões fenomenológicas da aceleração do processo de desconstrução do país como Nação, como foi antecipado por Celso Furtado (1992) no início da década de 1990. Os efeitos de longo prazo da nossa subordinação à globalização, à neoliberalização e à financeirização estão hoje transformando o território brasileiro em receptáculo dependente do capitalismo rentista-extrativista global, na forma de uma plataforma internacional de valorização financeira (Paulani, 2013) do estoque de riqueza velha (Pochmann, 2021) e de uma economia primária-exportadora de commodities e importadora de bens digitais. Uma trajetória que coloca o país sob o risco de retornar à condição de colônia, com a destruição de sua capacidade (política, institucional, tecnológica e produtiva) em comandar o seu destino em um momento de mudança de época do capitalismo.

Deste ângulo de análise, buscamos nesta mesa propor a reflexão sobre atual crise das cidades como uma das questões a ser enfrentada por um projeto de retomada do desenvolvimento liderado por forças progressistas na direção da reconstrução e transformação do Brasil, o que inclui posicionar centralmente a reforma urbana e o direito à cidade na agenda dessa reconstrução nacional, buscando sua articulação com ações que dinamizem o crescimento econômico e promovam simultaneamente a reprodução biossocial em nossas cidades. Ao mesmo tempo, é imprescindível pensar como as políticas de universalização dos serviços coletivos podem garantir a proteção do trabalho, cada vez mais precarizado, e o acesso às oportunidades, à renda e aos bens comuns. Poderiam integrar estes objetivos estratégicos, por exemplo, programas de saneamento básico, de provisão de moradia de interesse social e de construção de um sistema único de mobilidade urbana que garanta o financiamento das infraestruturas e dos serviços.

3. REDEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA E PARA RECONSTRUIR A NAÇÃO

Luciano Fedozzi

Contrariamente às correntes elitistas da democracia, que surgiram no início do século passado e se tornaram hegemônicas no mundo, as democracias ampliadas e pluralistas passaram a absorver as iniciativas provindas da

sociedade civil e dos parlamentos para efetivar a participação dos cidadãos nas decisões de políticas públicas para além dos momentos eleitorais e alternância do poder. No Brasil, nos últimos 30 anos, surgiram diversas inovações democráticas que consagraram o país como lugar destacado de inovação e de ampliação dos direitos de participação cidadã. Situadas na confluência das esferas governamentais e da sociedade civil, essas inovações democráticas são entendidas pela literatura acadêmica como sendo uma criação institucional que vai além de formas de participação cidadã direta, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (previstos constitucionalmente), porque articulam modalidades contínuas – não extraordinárias – de incidência social sobre o poder público e seu aparato administrativo, incluindo o próprio sistema político.

Dentre essa nova institucionalidade democrática, que se ampliou desde a Constituição de 1988, estão os milhares de conselhos setoriais de políticas públicas e de direitos nos três níveis da federação (em especial nos casos obrigatórios das políticas sociais como saúde, educação e assistência social), os Orçamentos Participativos, as conferências de políticas, os Conselhos Participativos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, as audiências públicas, e diversos fóruns permanentes. Essas interfaces do Estado com múltiplos atores civis deram amplitude à democracia brasileira para além dos limites permitidos pela tradicional seleção das elites que devem governar, como supõe a tese elitista da democracia.

Após mais de trinta anos dessa institucionalidade participativa – e sua grande expansão nos anos 1990-2000, durante os governos do PT, - muitos estudos indicam avanços democratizantes, mas também limites quanto aos efeitos reais da participação institucionalizada em termos redistributivos. Além disso, o novo contexto autoritário que se instalou no Brasil após o golpe parlamentar de 2016 e as eleições presidenciais de 2018, somados à crise econômica e à reconfiguração federativa dos recursos, passou a constranger e a diminuir as oportunidades da participação social nas políticas públicas. Nesse período, o avanço do projeto neoliberal como saída para a crise também se fez valer nas cidades. A inflexão ultraliberal vem impulsionando regimes urbanos nas metrópoles que acentuam a exclusão, a fragmentação e a segregação de enormes contingentes das classes populares. A implementação desse projeto ultraliberal, tanto em nível nacional quanto nos estados e municípios, demonstra seu caráter autoritário porque seus conteúdos privatistas se chocam com as aspirações vocalizadas pela participação cidadã e pelos movimentos sociais que lhe dão base na sociedade. Daí sua dificuldade em conviver com a democracia participativa e a mobilização social.

Diante desse novo contexto cabe perguntar quais seriam as saídas alternativas que precisam ser apresentadas tanto ao projeto neoliberal quanto aos projetos autoritários da democracia elitista que hoje tentam hegemonizar os caminhos escolhidos pelo país. As respostas a isso requerem discussão do conjunto das forças sociais, políticas e acadêmicas comprometidas com a democracia ampliada e a participação social como importante elemento do projeto democrático e popular de desenvolvimento nacional.

Referências

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PAULANI, L. **Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v.77, 2013.

POCHMANN, M. **O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira**. Edições Sesc: São Paulo, 2021

POCHMANN, M. **Novos Horizontes do Brasil na 4ª transformação estrutural: Campinas, Editora da Unicamp, 2022)**

RIBEIRO, L. C. Q. NORONHA, J. C., RODRIGUES, J.M. e OLIVEIRA, R. A. D. (eds.) **Metrópole e pandemia: presente e futuro**”: Rio de Janeiro. (Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2022)

RIBEIRO, L.C.Q (ed.) **Reforma urbana e direito à cidade: questões, desafios e caminhos**: Rio de Janeiro, Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2022)